



PESQUISA
RESUMO EM ANDAMENTO

9464999 O OBJETIVO NÚMERO UM DA AGENDA 2030 DAS NAÇÕES UNIDAS: ERRADICAÇÃO DA POBREZA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA SUA CONSECUÇÃO.

Amanda Rutinéia Cunha, Yduan de Oliveira May

Universidade Do Extremo Sul Catarinense -UNESC (Direito)

A pesquisa tem por finalidade apresentar o objetivo número um da Agenda 2030 das Nações Unidas - a erradicação da pobreza - e as políticas públicas brasileiras para sua consecução. Ao iniciar a discussão sobre os Objetivos do Milênio devemos ter em mente a realidade mais ampla. No mundo atual, não há maior desafio do que combater a pobreza e suas manifestações. Infelizmente, nós nos tornamos insensíveis à magnitude do problema. Enquanto estamos discutindo isso, cerca de uma em cada seis pessoas no mundo – o que significa quase 1 bilhão de pessoas – passa fome todos os dias. Estima-se que 30 mil seres humanos – crianças, em sua maioria – morrem a cada dia em conseqüência da pobreza. No último ano, pelo menos 500 mil mães morreram no parto, ou de desnutrição, sem qualquer justificativa. (SHETTY, 2005, p.7) Em 2014, houve rediscussão dos objetivos do milênio com reflexo pós 2015, criaram-se dezessete objetivos dentro da Agenda 2030 das Nações Unidas, da qual se recorta para esta pesquisa o objetivo número um, ou seja, a erradicação da pobreza. Sobre ele, buscam-se os conceitos, as expectativas e políticas públicas brasileiras para sua consecução, para informar se realmente existem mecanismos para a realização desse comprometimento, visto que o Brasil é um dos países signatários. Consiste em avanço natural das investigações em renda mínima e desenvolvimento, está-se a doze anos do termo final e suspeita-se que o cumprimento de metas e a busca por soluções estão sendo negligenciados. Por fim, pretende-se analisar o que se espera para 2030 dos líderes responsáveis na tomada de decisões e nas medidas públicas, sendo fundamental o seu comprometimento para determinar a vida útil desses objetivos, definindo as obrigações dos sujeitos de deveres deles decorrentes, sendo este assunto abordado em três tópicos principais, são eles: I) Objetivos do milênio: agenda de 2030; i.i) Breve histórico; i.ii) Dos objetivos; i.iii) Erradicação da pobreza; i.v) Comparação com a agenda de 2015; II) Pobreza como violação de direitos humanos e fundamentais; ii.i) Conceito de pobreza; ii.ii) Violação do direito; III) Medidas públicas brasileiras para a erradicação da pobreza; iii.i) Políticas públicas. Espera-se como resultado da pesquisa um panorama geral sobre as políticas públicas brasileiras e sua consecução correlacionadas à erradicação da pobreza. Esta pesquisa é amparada no seio do núcleo de pesquisa Direito e Inclusão Socioeconômica (DISE) do Curso de Direito e PPGD, na linha de pesquisa “Direito, Sociedade e Estado”. A metodologia a ser empregada será a dialética com técnicas de pesquisa documental indireta.

Palavras-chave: erradicação, pobreza, objetivos, políticas públicas, Brasil.

**8312451 A LEI N. 123/2006 (LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA):
CRIAÇÃO, ALTERAÇÕES E PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

Luiz Messias de Souza Neto, Dr. João Henrique Zanelatto.

Universidade do Extremo Sul Catarinense (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico).

Ao longo da história política, econômica e social brasileira, percebe-se um amplo direcionamento das políticas públicas e dos planos econômicos e governamentais em privilégio às grandes empresas. Somente a partir da década de 1980 que começa um movimento de reconhecimento da importância dos pequenos empreendimentos para o desenvolvimento socioeconômico do país, tanto em nível local quanto regional, nacional e até mesmo internacional. Esse fenômeno, contudo, desenvolveu-se em um longo e moroso processo, que redundou na mortalidade precoce das empresas de micro e pequeno porte, representando um grande atraso do país no espectro socioeconômico. Isso porque, embora tais negócios desempenhassem papéis fundamentais para a economia, para a política e para a sociedade, não havia uma atenção do ponto de vista legal que favorecesse a sustentabilidade das atividades empresariais. A partir do ano de 2003, uma grande articulação da sociedade civil pressionou o governo para a criação de políticas públicas que fossem mais favoráveis à manutenção das micro e pequenas empresas, assumindo o seu valor para o desenvolvimento socioeconômico. Dentro desse contexto, surgira a Lei n. 123/2006, conhecida também como o Estatuto ou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que buscou a concessão de aspectos diferenciados para as micro e pequenas empresas especialmente no que se refere aos entraves burocráticos e à carga tributária, sobretudo na instituição do Simples Nacional. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a importância da Lei n. 123/2006 para os micro e pequenos negócios, desde a sua criação até as alterações e as principais contribuições para o desenvolvimento socioeconômico. Para promover o alcance de tais objetivos, faz-se necessária a adoção de uma metodologia adequada, classificando a pesquisa como bibliográfica e exploratória. Até o momento da pesquisa, já se torna possível afirmar que a Lei n. 123/2006 está consolidada como uma política pública que visou dar amparo para o micro e pequeno empresário, revelando-se fundamental para amenizar aspectos burocráticos e proferir o favorecimento dos mesmos para a carga tributária. Como resultado, espera-se contribuir para ressaltar a importância de políticas públicas adequadas à realidade das micro e pequenas empresas para o seu fortalecimento a fim de causarem impacto ainda mais expressivo no desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Legislação, Pequenos Empreendimentos, Valorização. Empreendedorismo. Mercado.

5649668 ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS DE VINHEDOS: PROCESSO DE REVISÃO DA LITERATURA

Beatriz Pereira Da Silva¹, Andréia Cittadin¹

Universidade do Extremo Sul Catarinense (Núcleo De Estudos Contábeis – NECON/Ciências Contábeis)

A globalização afetou significativamente as relações empresariais no último século. Os avanços tecnológicos foram responsáveis pela diminuição da distância entre fornecedores e clientes, a abertura dos mercados ao comércio internacional e o estreitamento das relações comerciais e econômicas como um todo. No entanto, tais mudanças também tiveram impactos negativos, uma das principais modificações foi o aumento da concorrência, que conseqüentemente culminou com a necessidade do desenvolvimento de estratégias competitivas voltadas para o alcance de novos padrões de produtividade. Neste contexto, pode-se citar a vitivinicultura como um dos setores afetados por tais mudanças, no entanto, diferente de outros segmentos, como o de varejo e de serviços (NEWTON; GILINSKY JR.; JORDAN, 2015), a indústria de vinhos é muito específica, sendo caracterizada pela baixa quantidade de informações, além da dificuldade de substituição de recursos e de diminuição de custos (WERNERFELT, 1984; BARNEY, 1991). Dessa forma, é preciso que a entidade adote estratégias de diferenciação voltadas para a inovação, melhor uso dos recursos em seu controle e a ampliação da qualidade de produtos/serviços oferecidos (NEWTON; GILINSKY JR.; JORDAN, 2015). Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é a análise do fragmento da literatura científica internacional referente as estratégias competitivas dos vinhedos, com o intuito de gerar conhecimento, visando o reconhecimento de áreas que ainda não foram exploradas. Para isso, foram realizadas buscas em duas bases de dados, *Science Direct* e *Scopus*, sem o estabelecimento de uma limitação temporal, tais bases tiveram como retorno 29 artigos e 307 artigos respectivamente. Os resumos dos 338 artigos foram lidos integralmente, e ao final do processo foram selecionados 33 artigos, dos quais 7 são da base de dados *Science Direct* e 26 artigos foram extraídos da base de dados *Scopus*. Com base na análise inicial pode-se auferir que as estratégias competitivas de diferenciação mais adotadas são voltadas para a sustentabilidade, fortalecimento da imagem institucional e a ampliação da qualidade e dos mercados atendidos.

Palavras-chave: Estratégia, *Performance*, Gestão, Vitivinicultura, Vinhedo.

Referências:

BARNEY, J. B. Firms resources and competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, 1991.

NEWTON, S. K.; GILINSKY JR., A; JORDAN, D. Differentiation strategies and winery financial performance: An empirical investigation. **Wine Economics and Policy**, v. 4, 2015.

WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, v. 5, n. 2, 1984.

2765519 LOGÍSTICA REVERSA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

Denise Mendes Nunes¹, Januário José Monteiro¹, João Vitor Fratoni¹, Eduardo Tramontin Castanha¹, Carolina Citadin Milaneze¹, Manoel Vilsoni Menegali¹, Milla Lúcia Ferreira Guimarães¹, Cleyton de Oliveira Ritta¹, Andréia Cittadin¹

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (NECON – Núcleo De Estudos Contábeis)

A dinâmica competitiva estabelecida no cenário econômico atual tornou as informações, no que tange à gestão de custos, altamente relevantes para a tomada de decisões. Para atender a demanda do consumidor por produtos e serviços agregados de qualidade, baixo custo e produtos ecologicamente corretos, tornou-se necessária a utilização de ferramentas gerenciais para assegurar o bom desempenho das organizações em meio à ampla concorrência existente e gastos incorridos. Uma alternativa às subjetividades envolvidas na produção e oferta de bens e serviços, é a Logística Reversa. A LR consiste em um conjunto de ações destinadas a coleta e restituição dos resíduos sólidos às empresas para o seu reaproveitamento ou destinação ambientalmente correta, e leva em consideração os aspectos ambientais e financeiros. Justifica-se o estudo pela necessidade de conhecer os temas abordados nas pesquisas científicas e para a compreensão da realidade acadêmica, permitindo identificar como as organizações utilizam esses conceitos na prática. Tem como objetivo geral, analisar a produção científica sobre LR no contexto brasileiro. Quanto aos objetivos específicos, visa identificar as características dos trabalhos e dos autores, verificar enquadramento e procedimentos metodológicos adotados e mapear as principais temáticas abordadas nos trabalhos. O estudo é caracterizado como descritivo, qualitativo e quantitativo, mediante análise bibliométrica. A coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental, na base *Spell - Scientific Periodicals Eletronic Libary* devido à disponibilidade de produção científica referentes a temática de estudo. E no Portal de Periódicos Capes que reúne bases de dados, páginas, portais e bibliotecas virtuais de acesso livre. A busca ocorreu em 02 de janeiro de 2018, sendo utilizada a palavra-chave *Logística Reversa* no buscador dos sites. Estabeleceu-se o marco temporal entre os anos de 2008 a 2018 e um portfólio composto por 45 artigos que se enquadraram nos parâmetros estabelecidos nos objetivos da pesquisa. A pesquisa encontrasse em andamento e entre os artigos selecionados para o estudo, observa-se que as publicações encontradas estão inseridas em um total de 32 periódicos, dos quais 11, concentram 64% das publicações com 2 ou mais artigos publicados. As publicações sobre a temática apresentam oscilação durante o marco temporal definido. O estudo encontra-se na fase de identificação do perfil de autoria, o artigo mais citado é de autoria de Fernanda Santos Mota de Jesus e José Carlos Barbieri, citado 7 vezes. Foram identificados 127 autores, dos quais, 7 participam da autoria duas ou mais vezes. Até o momento, não foram realizadas análises aprofundadas dos dados obtidos, tendo em vista que a pesquisa está em andamento. Espera-se que o estudo trace o perfil de pesquisa sobre LR no país, contribua para o aprofundamento teórico, aplicação prática, evidenciação de discussões e publicações sobre o tema e identifique eventuais lacunas da pesquisa.

Palavras-chave: Logística Reversa, Gestão de Custos, Análise Bibliométrica.

Fonte financiadora: PIBIC/CNPQ/UNESC (EDITAL N. 08/2017 UNACSA).

9797521 ANÁLISE DA POLÍTICA FISCAL E GESTÃO NO PROUNI: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NO PERÍODO DE 2004 À 2018

Marlon Acassio Casagrande, Kelly Gianezini

UNESC

(UNESC (PPGDS Cidadania, Educação, Justiça Social e Políticas Públicas))

Instituído pela Medida Provisória n° 213 e convertida na Lei n° 11.096, de 13 de Janeiro de 2005 o Programa Universidade para Todos (ProUni) é um programa do governo federal com finalidade de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para alunos de graduação em instituições privadas de ensino superior. O programa faz parte de uma gama de políticas públicas que viabilizam a formação dos cidadãos frente às condições sociais que desfavorecem os indivíduos de baixa renda, como também, os que se encontram em condições de minoria. O presente trabalho apresenta uma revisão sistemática acerca do ProUni associado aos temas de gestão e política fiscal. Tem por finalidade mapear a produção acadêmica sobre o tema ProUni, associado à Gestão e Política Fiscal entre 2004 à 2018 disponível na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como a busca por uma fundamentação teórica que sustente a avaliação da questão fiscal na aplicação e ampliação do programa dentro das universidades, juntamente com a questão da função fiscal das políticas de financiamento do ensino superior. Tem por objeto de estudo o ProUni por ser um programa que é integrado às Políticas Públicas de Educação ao qual pretende-se a construção de uma linha de pesquisa que abordará as questões do ensino superior com as funções das políticas fiscais voltadas ao plano educacional. Assim enunciado, aplicando uma pesquisa contendo somente o tema ProUni, os dados coletados na base de dados da CAPES apresentam um resultado total de 252 artigos no período de 2004-2018. Preliminarmente, conforme prévia dos resumos, os resultados apresentam estudos que levantam informações sobre: a implantação e o impacto do programa nas universidades; as condições para o acesso ao programa; a situação de permanência; as ações afirmativas de acesso ao ensino superior; a inclusão social; a democratização do ensino superior; e a política de expansão e financiamento do ensino superior. Conduzindo para a interação entre educação superior e política fiscal é feito a pesquisa de forma filtrada no banco de dados da CAPES no qual foi considerado o tema ProUni e gestão, obtendo o resultado de 82 artigos, que avaliam o quadro da expansão da educação no ensino superior, e ProUni e política fiscal contendo 29 artigos publicados em periódicos, em que abordam áreas de pesquisa como orçamento público, financiamento da educação superior e benefício/isenção fiscal. O foco deste trabalho é a sistematização da produção acadêmica que aborda o tema ProUni em relação ao questionamento do orçamento público nas políticas públicas educacionais de nível superior, para analisar o financiamento frente a expansão do ensino superior, assim como, buscar formas mais concisas de gestão que promova o bom desempenho da integração público-privado nas universidades.

Palavras-chave: Financiamento, CAPES, Política Pública, Educação Superior.

6531580 A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DA COLONIALIDADE ATRAVÉS DO CONTROLE DA SUBJETIVIDADE

Ághata July Goularte Patrício¹

Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Autónoma de San Luís Potosí no México. Graduada em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2016). Pesquisadora do Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano, na linha de Direitos Humanos, Constitucionalismo Crítico e processos constituintes na América Latina - Universidade do Extremos Sul Catarinense-UNESC.

Na América Latina os meios de comunicação de massa são historicamente controlados pela elite nacional a serviço do capital internacional globalizado. Diversos autores titulam o fenômeno latino-americano como “midiocracias”, tamanha é a relação de poder consolidada que se funda pela difusão de informações neste território. A exemplo, o filósofo Enrique Dussel, defende o direito à informação e a regulamentação democrática popular da “midiocracia” a partir da compreensão de que os meios de comunicação são, em grande parte, responsáveis pela formação de julgamentos de valor que constituem a opinião pública. Tais afirmativas elucidam a nova tática de golpes de Estado adotada em latinoamérica, ocorrida em países como Brasil e Honduras. Além da nova tática de golpe perpetrada pelos donos da mídia, no Brasil, a Rede Globo fora estritamente responsável por construir um imaginário social distorcido nos anos de ditadura militar, classificando os feitos dos militares como parte de uma “Revolução Democrática”. Diante desse quadro, o objetivo deste trabalho é analisar a mídia como instrumento de manutenção da colonialidade através do controle da subjetividade; e, especificamente explicar a formação – ou deformação – da subjetividade produzida pelo oligopólio midiático a serviço das elites nacionais na América Latina, a partir da crítica filosófica/jurídica/sociológica/comunicacional, para embasar um novo conceito de direito à informação e a comunicação, que tenha como objetivo último, uma comunicação plural e libertadora. Para tanto, a pesquisa está permeada pelo marco teórico do pensamento descolonial, utilizando-se, especialmente, dos ensinamentos de Aníbal Quijano, autor que teoriza acerca da colonialidade mediante o controle da subjetividade, cujos delineamentos se interrelacionam com a problemática que circunda o direito à informação e à comunicação. A metodologia a ser utilizada é a hipotético-dedutiva, repousada na análise de teóricos do pensamento descolonial junto com teóricos da comunicação que explicam a relação de poder criada pela difusão de informações em larga escala, através da criação de cenários sociais estereotipados ou através da ocultação de demandas, opiniões, das vozes das maiorias populares. Apesar das breves análises teóricas já realizadas, é possível concluir parcialmente que a mídia hegemônica comercial, ao deter o poder de repassar informações em larga escala, obtém uma espécie de “super poder”, de fazer a consciência pública descobrir ou encobrir da consciência mesma, certos fatos ou acontecimentos da vida em sociedade; um poder, portanto, de colonizar a subjetividade, o que constitui uma parte significativa da lógica de dominação.

Palavras-chave: Mídia. Colonialidade. Controle da Subjetividade. Direito à informação. Direito à comunicação.

Referências:

DUSSEL, Enrique. *20 Teses De Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.



LIMA, Venício. “*Cenários de representação política*”. En: Comunicação e Política. Salvador: Edufba, 2004. p. 9-40.

MACHADO DA SILVEIRA, Renata. Liberdade de Expressão e discurso de ódio, tesis de maestría, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2007, 132p.

NOVION, Jaques; ALVAREZ, S. *Mídia e a nova metodologia de golpe na América Latina: o caso de Honduras*, p. 335. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et. al (Org.), *O Direito Achado na Rua*, v. 8: Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação, Brasília, FACUnB, 2016, p. 325-335.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. En: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 246. En <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>, consultado en 31 de dez de 2017.

QUIJANO, Aníbal. *La colonialidad y la cuestión del poder*, 2001.

RIBEIRO SOUSA, Bruno M. *Burguesia radiodifusora no Brasil: propriedade privada e direção na produção cultural*. Tese de doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo; et. al., *Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de “O Direito Achado na Rua”*, En José Geraldo de Sousa Junior et. Al (Org.), *O Direito Achado na Rua*, v. 8: Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação, Brasília, FACUnB, 2016, pp. 10-19.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

1772481 A OCULTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, DESAPARIÇÕES E “TRATA DE PERSONAS” PELA MÍDIA EM SAN LUÍS POTOSÍ, MÉXICO, À LUZ DO DIREITO HUMANO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

Ághata July Goularte Patrício¹

Mestranda em Direitos Humanos pela Universidad Autónoma de San Luis Potosí no México. Graduada em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2016). Pesquisadora do Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-americano, na linha de Direitos Humanos, Constitucionalismo Crítico e processos constituintes na América Latina - Universidade do Extremos Sul Catarinense-UNESC.

Dados produzidos pela “Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares” (ENDIRE) de 2016, 441.584 mulheres de 954.179 sofreram algum tipo de violência de seu parceiro em San Luís Potosí (SLP), México. De acordo a Ricardo Sánchez García, representante do Centro Potosino de Derechos Humanos Samuel Ruiz García, a cada 48h uma mulher desaparece em San Luís Potosí. Agregue-se, o Estado de SLP sofreu uma forte industrialização nos últimos anos, e com o fortalecimento do sistema econômico, as redes de prostituição que se nutrem da “trata de personas” cresceram consideravelmente no Estado. Nesse passo, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a ocultação da violência de gênero, desaparecimentos e “trata de personas” pela mídia em San Luís Potosí, México. A metodologia de pesquisa utilizada foi hipotético-dedutiva, com análise de dados secundários e trabalhos teóricos relacionados ao tema, permeada pelo marco teórico do direito humano à informação e à comunicação desde uma perspectiva crítica. A hipótese de trabalho fora de que a sociedade potosina, em geral, é extremamente religiosa e cristã, quadro que se soma ao imaginário coletivo simbólico construído e reforçado pela mídia, onde a mulher deve seguir a moral e os bons costumes locais; ademais, existe uma ausência de informações concretas por parte das instituições que deveriam se encarregar de investigar e documentar ditos problemas sociais, pois não encontram-se dados oficiais a respeito das mulheres desaparecidas de SLP e, todavia menos, um compilado de informações que ilustre como ocorrem as desaparecimentos de mulheres no estado. Neste ponto, mencionam-se estudos acerca da relação entre mídia, direito à informação, violência de gênero e “trata de personas”. A exemplo, as autoras Morales, Nava e Medellín (2016) observaram a produção de informações suficientes que possibilitariam a formulação de políticas públicas de direitos humanos e gênero que visassem combater a “trata de personas” e concluíram que não existe, sequer, ações que possibilitem esse compilado de informações por parte dos entes públicos estatais. Nessa senda, a pesquisa desenvolvida por Miranda (2014), afirma que os estereótipos formam parte do imaginário social coletivo, fomentam a violência que gênero, violam direitos humanos e justificam violências cotidianas; ditos estereótipos são formulados pela família, pela Igreja, pela escola, e transmitidos pela mídia, gerando uma naturalização desses problemas sociais. A partir dessa análise, as conclusões parciais até o momento obtidas, foram: a) o panorama traçado é de um grave problema social para os quais não há informações concretas, tornando inviável que sejam traçadas possibilidades reais de prevenção; b) o (não) procedimento por parte das autoridades locais, além de violar drasticamente os direitos humanos das vítimas e de seus familiares, viola o direito humano de toda a comunidade à informação e à comunicação e, neste caso em concreto, o direito à vida.

Palavras-chave: Direito à informação e à comunicação. “Trata de personas”. Violência de Gênero. Desaparições. Ocultação.

Referências:

MIRANDA, Arely T. “Medios, Género y Tratados Internacionales de Derechos Humanos”, en Urenda Queletzú Navarro Sánchez, et al. (Coord.). Feminismos y Derecho. Diversas perspectivas del derecho, género y la igualdad. Aguascalientes/San Luís Potosí, México, 2014, p. 205.

AZEVEDO, Fernando A. “Democracia e mídia no Brasil: um balanço dos anos recentes”. In: Goulart, Jefferson O. et al (Org.). Mídia e Democracia. São Paulo: Annablume, 2006. p. 23-46.

AGUILLERA GALLEHGOS, Beatriz S. La trata de personas em el sistema económico capitalista. In Feminismos y Derecho. Coordinadores: Alejandro Rosillo M., Urenda Q. Navarro S., Guillermo Luévano B. p. 205.

CARTILLA VIOLENCIA DE GÉNERO Y FEMINICIDIO EM SAN LUIS POTOSÍ 1 <http://www.excelsior.com.mx/nacional/2016/10/27/1124785> acesso em 27 de nov de 2017
Chauí, Marilena. Simulacro e Poder: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: 2006.

DUSSEL, Enrique. 20 teses de política. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
index.shtml, consultado el 3 de enero de 2002.

LIMA, Venicio. “Cenários de representação política”. In: _____. Comunicação e Política. Salvador: Edufba, 2004. p. 9-40.

LOPES, Vera Maria de Oliveira Nusdeo. O direito à informação e as concessões de Rádio e Televisão. 1ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

SALDAÑA, María Teresa Galicia “La trata de personas desde una perspectiva económica. Diagnóstico de trata sexual de mujeres y niñas: una cuestión de género en San Luís Potosí”. p. 105-106. En: Urenda Queletzú Navarro Sánchez y Maria Teresa Galicia Saldaña. Perspectivas críticas en torno a la trata de personas: una mirada sociojurídica. . Aguascalientes/San Luís Potosí, México, 2016.

MORALES, Nydia Carmen; et al. “Política Publica, derechos humanos y atención a personas en situación de trata en San Luís Potosí. En: Urenda Queletzú Navarro Sánchez y Maria Teresa Galicia Saldaña. Perspectivas críticas en torno a la trata de personas: una mirada sociojurídica. Aguascalientes/San Luís Potosí, México, 2016.

ONU, “Structure and Organization”, <http://www.un.org/en/aboutun/structure/>
Pereira, Moacir. A democratização da informação: O direito à informação na constituinte. São Paulo: Global, 1987.



UNESCO. Un solo mundo, voces múltiples. 3ª reimpressão. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

5887569 OS SERVIÇOS POSTAIS NA FORMAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA NO BRASIL (1990-2017)

Gabriel Crozetta Mazon¹, Alcides Goularti Filho²

PPGDS\UNESC\gabrielcmazon@gmail.com
PPGDS\UNESC\agf@unesc.net

A pesquisa buscará descrever e analisar os serviços postais no Brasil, durante o período de 1990 até 2017, dividido em dois períodos críticos dentro do processo de reestruturação e modernização. O primeiro período de preparação para a completa abertura ao regime concorrencial, com investimento em ampliação e modernização gerencial da estrutura e o segundo, que intensifica os investimentos em ampliação e modernização de reforço da reserva de mercado, com maior aporte de recursos e com ênfase na concorrência em serviços não submetidos ao monopólio. O objetivo é entender como os serviços postais colaboram na formação do sistema nacional de economia do Brasil. A metodologia é de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, sobre base bibliográfica e documental. O método de análise que irá permear a narrativa será o materialismo histórico dialético, que considera os acontecimentos no tempo e suas contradições para com a visão do interlocutor. A categoria de análise será o *sistema nacional de economia política* de Friedrich List, em um processo de formação permanente, contando com o planejamento do Estado e o financiamento do Tesouro Federal. É esperado um aumento do adensamento do Estado no território, pela maior interiorização dos serviços postais, acessando distritos menores. Ampliação do alcance do seu enraizamento na vida cotidiana, com maior proximidade e com a criação de novos serviços dentro da estrutura de serviços postais, ressaltando as modalidades de encomendas, de identificação (emissão de CPF e RG) e de inclusão financeira por meio do Banco Postal. Dentro da história econômica das comunicações no Brasil, os serviços postais sempre estiveram sob controle estratégico do Estado. Como consideração finais, até o momento é vista uma continuidade da permanência multissecular dos serviços postais, sendo instrumentalizados pelo Estado como subsídio aos povoamentos e as atividades econômicas, sobretudo, nas pequenas localidades, passando uma sensação de pertencimento, com o *adensamento do estado no território*. Isso pode ser visto pela adesão da população aos serviços e os pedidos recebidos solicitando a sua expansão, pedidos justificados pelas vontades e necessidades. Contribuindo na formação diferenciada do *sistema nacional de economia política* do Estado brasileiro, composto de inúmeros *sistemas regionais de economia*, como especificidades e semelhanças, de autonomia relativa. Se utilizando do consórcio com outras estruturas, em *camadas geoeconômicas*, que otimizam seus custos no processo, tencionando e sendo tencionada pela modernização e especialização das estruturas, a medidas que seus usos são ampliados e intensificados. A agilidade dos serviços postais depende de infraestrutura ágil, e ao mesmo tempo que gera demanda para novos investimentos, se utiliza do que já foi construído.

Palavras-chave: Serviços Postais, Correios, História Econômica das Comunicações, Sistema Nacional de Economia Política, Estado e Planejamento.

Fonte financiadora: CAPES\MCTIC

9378693 FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: UMA LUTA POR UM MOVIMENTO FEMINISTA DE CONTRA-INDIFERENÇA E INTERSECCIONAL

Taynara Becker Barabas^{1,2,3,7}, Fernanda Da Silva Lima^{1,2,3,4,5,6,7}

¹Curso De Direito,

²Grupos de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismo[s], (NUPEC/UNESC),

³Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESC,

⁴Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente (NEJUSCA/UFSC),

⁵Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC),

⁶Grupo de Pesquisa em Direito da Criança e do Adolescente da UNESC,

⁷Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil.

O estudo de teorias feministas com viés interseccional é cada vez mais crescente no meio acadêmico no Brasil. Porém, o tema demorou a difundir entre os estudiosos da área. Enquanto países como Estados Unidos denunciavam a invisibilidade das mulheres não contempladas pelo feminismo nos anos 80, o Brasil só foi difundir essa ideia anos depois. Essa realidade, vem da negativa de que há um problema de raça no nosso país. Esse silenciamento das minorias também vem de fatores muito importante e pouco explorado: a educação. Quando se há o entendimento de que nosso sistema educacional aborda de forma genérica os meios de opressões, consegue se entender por que as mulheres negras, e suas produções, são pouco contempladas dentro do meio acadêmico. O silenciamento delas desde a escola até às universidades, acaba gerando um não reconhecimento dessa repressão. É preciso também reconhecer que esse estudo é mais do que urgente para o entendimento de que as mulheres negras estão sendo discriminadas não somente pelo gênero, mas por sua cor. E isso vem de fatores históricos, muito antes da própria luta feminista ser reconhecida como luta. A ideia da história ter sido escrita por homens brancos construiu a sociedade sob um alicerce de apenas heróis brancos. Resgatar a história sob a perspectiva das mulheres, em principal das mulheres negras é premissa para que haja a desconstrução de um modelo patriarcal eurocentrado. Neste contexto, surge a seguinte prerrogativa: “É possível afirmar que as desigualdades múltiplas ou interseccionais que afetam as mulheres negras representam um resquício do racismo científico e da discriminação sofrida pela condição enquanto mulher, o que justifica o estudo do feminismo negro como campo teórico capaz de dar respostas para a necessidade de afirmação dos direitos humanos de mulheres negras no Brasil e de afirmar-se uma luta por igualdade e de contra-indiferença?” Para este estudo é importante (a) estudar as relações raciais no Brasil contemporâneo, incluindo os fenômenos do racismo, do preconceito e da discriminação racial; (b) conhecer as teorias feministas, incluindo o momento em que o feminismo se intersecciona; (c) analisar os indicadores sociais no que se refere ao mercado de trabalho, especificamente o doméstico, por classificação salarial, por critérios raciais, gênero e idade. Nesta pesquisa será utilizado o método indutivo, envolvendo a técnica de pesquisa da documentação indireta, uma vez que o trabalho se baseia também em pesquisa bibliográfica e documental, e como método de procedimento, o monográfico.

Palavras-chave: Feminismo Negro, Interseccionalidade, Mulher Negras, Racismo, Igualdade.

Fonte financiadora: PIBIC/UNESC, Programa Grupos de Pesquisa/UNESC.

4356357 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TELETRABALHO NA REFORMA TRABALHISTA

Maria Rachel da Silva de Melo¹, Raquel de Souza Felício¹

¹Curso de Direito/UNESC/Av. Universitária, 1105 Universitário, Criciúma – SC

Esse trabalho pretende pesquisar a regulamentação do Teletrabalho, trazida pela lei 13.467 de 13 de julho de 2017, e a maior inclusão no mercado de trabalho formal da pessoa com deficiência frente aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e a busca do pleno emprego. Tem como problema de pesquisa, verificar se a regulamentação aliada as normas existentes e sua eficácia, trará instrumentos jurídicos hábeis para ampliar a inclusão da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho formal, fazendo frente aos desafios, tais como a falta de acessibilidade e a discriminação. O método de pesquisa empregado será dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico diversificado em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações e, por tratar-se de legislação que recentemente entrou em vigor contar-se-á também com material publicado em jornais e em sitio específicos na internet para que se possa avaliar a expectativa dos principais pensadores a esse respeito. Esta modalidade onde o empregado desempenha suas funções longe da vigilância direta do empregador não é nova, porém carecia de segurança jurídica no Brasil. Tanto doutrinadores quanto a jurisprudência se dividem entre os que apoiam e os que rejeitam a ideia. O motivo destacado pelos que são contra a popularização do teletrabalho é a possibilidade de extrapolar a jornada diária de trabalho trazendo prejuízos físicos e psicológicos ao empregado. Por outro lado defensores salientam que trabalhar em casa ou em outro local diverso da empresa pode melhorar a qualidade de vida em razão do tempo que se perde em deslocamentos, bem como aliviando o estresse diário ocasionado pelo trânsito. A cada dia novas ferramentas tecnológicas surgem modificando a realidade do mercado de trabalho, surgem novas maneira de trabalhar e novas formas de controle. A demanda da inclusão da pessoa com deficiência também não é nova, no entanto os avanços não são expressivos ainda, existe muito a ser feito, apontar novos caminhos é também o papel da ciência jurídica e de seus operadores em busca de uma sociedade mais justa e isonômica.

Palavras-chave: teletrabalho, pessoa com deficiência, reforma trabalhista.

4769872 A RELAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA E A TEORIA DE JUSTIÇA DE JOHN RAWLS

Claudia Bauer Gonçalves, Angélica Pereira Possamai, Yduan de Oliveira May

UNESC (Núcleo de Pesquisa em Direito e Inclusão Socioeconômica – DISE)

A presente pesquisa tem como objetivo geral descrever a relação existente entre as políticas públicas de inclusão socioeconômica com a Teoria de Justiça de John Rawls. Para atingir tal objetivo partiu-se do estudo da Teoria de Justiça de John Rawls, filósofo contemporâneo, neocontratualista, cujas ideias são inspiração até os dias mais atuais nos Estados Sociais Democráticos, juntamente com a análise das características das políticas públicas de cunho social e econômico, a exemplo dos programas sociais criados no Brasil, como Pronatec, Jovem Aprendiz e Meu Primeiro Emprego Rawls, ambienta a criação do contrato social numa sociedade que possui conceitos publicamente aceitos de justiça, com a total participação dos indivíduos, respeitando princípios de liberdade e igualdade, de forma que o Estado possa ser fruto de uma cooperação social, cujas estruturas estão alicerçadas na equânime justiça distributiva, a fim de que todos possuam acesso à uma gama igualitária de oportunidades, sendo as desigualdades unicamente aceitas quando puderem ser úteis aos mais vulneráveis. Também, sua teoria busca desenvolver uma sociedade que sabe as qualidades de cada indivíduo e as aplica da forma mais benéfica à população, sendo que todos aceitam e se empenham em prol da coletividade, devendo o Estado observar áreas que apresentam situações obscuras que necessita de investimento estatal para cumprir com as garantias sociais. Os mesmos objetivos da justiça distributiva de Rawls podem ser encontrados nas políticas públicas de inclusão socioeconômica, que visam dar suporte àqueles que preenchem requisitos específicos de vulnerabilidade socioeconômica, para que estejam qualificados para o mercado de trabalho, criando oportunidades para a geração de renda, gerando a diminuição da desigualdade social através da distribuição de riquezas. Contudo, após análise das políticas públicas socioeconômicas brasileiras, pode-se concluir que essas não estão se desenvolvendo em um modelo de Estado ideal, conforme sugere a teoria apresentada, o que torna imprescindível a fiscalização severa pela população para que investimentos estatais tenham destino certo, sem desvio de finalidades. Para isso, adotou-se o método de abordagem dedutivo, o monográfico como método de procedimento, por meio da técnica de pesquisa em documentação indireta em pesquisa bibliográfica de fontes secundárias como livros e legislações, com objetivo descritivo e explicativo. De forma conclusiva, é possível observar que as políticas públicas socioeconômicas e a teoria de justiça de John Rawls possuem o mesmo objetivo de busca pela equidade e minimização dos efeitos prejudiciais de uma sociedade desigual.

Palavras-chave: Justiça Distributiva, Inclusão Socioeconômica, Políticas Públicas.

4316436 A JUSTIÇA DISTRIBUTIVA ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICAS: APONTAMENTOS DO PRONATEC.

Claudia, Bauer Gonçalves, Angélica Pereira Possamai, Yduan de Oliveira May

UNESC (Núcleo de Pesquisa em Direito e Inclusão Socioeconômica – DISE)

A presente pesquisa analisou brevemente a política pública de inclusão socioeconômica Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que têm como objetivo geral o intuito de distribuir renda e gerar oportunidades, de acordo com a necessidade particular de cada indivíduo. Para tal análise observou-se a conceituação da justiça distributiva apresentada na Teoria de Justiça de John Rawls, que utiliza princípios de igualdade e liberdade e também um princípio de diferença, que objetiva uma sociedade baseada em princípios de equidade, cujos indivíduos integrantes e o Estado trabalham conjuntamente em prol da coletividade, propiciando o acesso a igualdade de oportunidades, sendo este o eixo fundamental da justiça distributiva, pois assim os indivíduos recebem ajuda estatal para que aperfeiçoem seus talentos e os utilizem dentro da construção social. Sendo esta última premissa fundamental para ser traçado apontamentos sobre o Pronatec, isso por que o Pronatec, criado pela Lei 12.513 em outubro de 2011, buscou aumentar a oferta de cursos educacionais que possibilitassem a profissionalização e através de programas e ações assistenciais tanto técnica quanto financeira. Neste viés, logo no início das disposições sobre o Pronatec, são apresentados os objetivos do programa, dentre eles o estímulo e a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Para isso, adotou-se o método de abordagem dedutivo, o monográfico como método de procedimento, por meio da técnica de pesquisa em documentação indireta em pesquisa bibliográfica de fontes secundárias como livros e legislações, com objetivo descritivo e explicativo. Desta forma, concluiu-se que o Pronatec corrobora com o propósito da Justiça Distributiva proposta por John Rawls diante da compatibilidade de metas, sendo que tal programa é veículo de efetivação da justiça distributiva, pois proporciona a geração de oportunidades e possibilita a distribuição de renda e riquezas, sendo forte aliado na luta contra à desigualdade social e econômica.

Palavras-chave: Direito Fundamental. Inclusão Socioeconômica. Justiça Distributiva. Políticas Públicas. Pronatec.